

### EDUCAÇÃO: EPICURO E A BUSCA PELA FELICIDADE

**Felipe Barnabé Batista.**

Palmas, Tocantins.

<http://lattes.cnpq.br/7047035686643104>

**RESUMO:** Este artigo examina as contribuições da ética epicurista para a educação, com ênfase na busca pela felicidade por meio do prazer moderado e da ausência de sofrimento. Abordamos a física epicurista como fundamento para a ética, explorando a noção do bem como virtude e a relevância da amizade como princípio formativo no processo educativo. O quádruplo remédio é destacado como uma ferramenta pedagógica eficaz para promover a ataraxia (tranquilidade da mente) e a aponia (ausência de dor), conceitos que podem ser aplicados na formação de alunos mais conscientes e equilibrados. Concluimos que a filosofia epicurista oferece um modelo educacional que valoriza a prudência, a justiça e a construção de relações de amizade, contribuindo para o desenvolvimento de uma vida feliz e serena, tanto no âmbito pessoal quanto coletivo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação. Epicuro. Felicidade

### EDUCATION: EPICURUS AND THE PURSUIT OF HAPPINESS

**ABSTRACT:** This article examines the contributions of Epicurean ethics to education, emphasizing the pursuit of happiness through moderate pleasure and the absence of suffering. We discuss Epicurean physics as the foundation for ethics, exploring the notion of the good as virtue and the relevance of friendship as a formative principle in the educational process. The quadruple remedy is highlighted as an effective pedagogical tool to promote ataraxia (tranquility of the mind) and aponia (absence of pain), concepts that can be applied in the formation of more conscious and balanced students. We conclude that Epicurean philosophy offers an educational model that values prudence, justice, and the cultivation of friendships, contributing to the development of a happy and serene life, both personally and collectively.

**KEY-WORDS:** Education. Epicurus. Happiness.

## INTRODUÇÃO

A busca pela felicidade é uma constante na história da humanidade, e a filosofia tem sido um campo fértil para a reflexão sobre esse tema. Entre os diversos pensadores que se dedicaram a essa questão, Epicuro se destaca por sua abordagem única e pragmática. O epicurismo, filosofia fundada por Epicuro no século IV a.C., propõe um caminho para a felicidade baseado no prazer moderado, e na ausência de sofrimento.

A ética epicuriana, núcleo central da filosofia de Epicuro, oferece um conjunto de ferramentas para alcançar a felicidade. Ao analisar a natureza, a mente e as relações humanas, Epicuro desenvolveu uma ética hedonista, mas não vulgar. Para ele, o prazer não se resume a satisfações imediatas e impulsivas, mas sim a um estado de tranquilidade e bem-estar duradouro, alcançado através da sabedoria e da virtude.

A educação, por sua vez, é um campo fundamental para a formação do indivíduo e para a construção de uma sociedade mais justa e feliz. Ao longo da história, diferentes filosofias e ideias pedagógicas influenciaram as práticas educacionais. O epicurismo, com sua ênfase na felicidade, na virtude e na busca pela sabedoria, oferece um arcabouço teórico rico para a reflexão sobre os objetivos e os métodos da educação.

Neste artigo, exploraremos a ética epicuriana e sua relevância para a educação contemporânea. Veremos como os princípios epicureanos podem contribuir para a formação de indivíduos mais felizes e realizados, capazes de viver uma vida plena e significativa. Ao analisar a física epicuriana como base para a ética, a concepção de bem como virtude e a importância da amizade, buscaremos compreender como a filosofia de Epicuro pode ser aplicada à prática pedagógica. Além disso, destacaremos o quádruplo remédio como uma ferramenta poderosa para alcançar a ataraxia (tranquilidade da alma) e a aponia (ausência de dor), estados ideais para a felicidade humana.

## REFERENCIAL TEÓRICO

Entende-se a ética epicuriana como a parte principal da obra do filósofo de Samos. A ética compreendida por Epicuro absorve tanto a canônica (as certezas absolutas que a realidade oferece ao homem) como a física (nem os deuses e muito menos a morte são fatores que podem atrapalhar a vida humana). Tal física introduz os pensamentos que se desdobrarão na ética.

A ética epicurista tem por fundamento sua física. Por sua vez, a física volta-se no sentido de tornar “irrefutáveis”, segundo os critérios da razão, as proposições da ética. Como em toda ética antiga, Epicuro obedece à “um paradigma eudaimonista e teleológico”. A definição e obtenção da verdadeira eudaimonia torna-se o “único alvo” dos ensinamentos epicuristas. A vocação finalista desta nova ética, em aparente conflito com o “mecanicismo atomista da física”, finca-se com a introdução do “coeficiente de espontaneidade no movimento da vontade”. O homem se define como livre em suas tomadas de decisões.

Dono de todo esse arbítrio, o ser humano é “capaz de ser feliz”. Cabe à ética resolver o principal problema que rege a existência da criatura: “como ser feliz” (LIMA VAZ, 2006, p. 138-139).

Reale (2007, p. 269) acrescenta que, de acordo com os fundamentos do fundador do “Jardim”, acredita-se que a essência humana é necessariamente “material”, de acordo com a física. Todavia, o homem possui um “bem específico” que, por meio dele, obtém a felicidade: Essa concepção já fora tirada pelos Cirenaicos. Mas Epicuro reforma radicalmente seu hedonismo. Com efeito, os Cirenaicos sustentavam que o prazer é “movimento suave”, enquanto que a dor é “movimento violento”; e negavam que o estado de quietude intermediário, ou seja, a ausência de dor, fosse prazer.

Epicuro não só admite esse tipo de prazer na quietude (“catastêmico”), mas dá-lhe a máxima importância, considerando-o o limite supremo, o cume do prazer. Ademais, enquanto os Cirenaicos consideravam os prazeres e dores físicas superiores das psíquicas, Epicuro sustenta exatamente o oposto. [...] Epicuro compreenderá perfeitamente que mais do que os gozos ou sofrimentos do corpo, que são circunscritos no tempo, contam as ressonâncias interiores e os movimentos da psique, que os acompanham e duram bem mais.

Por meio do bem específico (physis) conduzido nas relações do homem com o mundo e qualificado pela psique/ψυχή, atribui-se o bem hedonista dos epicuristas. Algo importante também deve ser observado: Epicuro não inventa qualquer das suas teorias. Ele parte de alguns ensinamentos, de determinados conceitos fundamentais e arquiteta novas propostas de maneira genuinamente inovadoras. Com relação ao hedonismo, o filósofo de Samos busca um ponto de partida nessa filosofia Cirenaica de Aristipo (435-366 a. C.)

Idealizador do hedonismo, Aristipo pregava que o bem do homem se voltava ao prazer físico, considerando bom qualquer tipo de volúpia, não importando os meios ou os motivos que o levassem a aquela forma de viver. Para os hedonistas, todo o sentido da vida centrava-se nos prazeres desregrados.

Na contramão, o epicurismo busca outro sentido para o hedonismo. As novas fundamentações sistematizam uma ética que se vira aos prazeres regrados advindos dos ensinamentos do mestre, tanto na convivência com os seguidores, quanto na vida particular. Essa moral mostra-se fundamental para explicar as direções necessárias que conduzem e estabelecem os caminhos para felicidade e a preocupação do homem em se afastar dos vícios cotidianos e seus medos. A condição histórica vivenciada pelo homem grego naquele momento – em especial com a falta da identidade de seu povo – trouxe muitas angústias existenciais. A ética epicurista propõe, então, algo essencial para a busca da felicidade, partindo de um bem maior para o indivíduo. Mas, o que é esse bem?

A concepção de bem nesta escola se consagra como virtude; trata-se da “primazia do bem” como o primeiro “pressuposto da ética”. Dele, floresce imediatamente o primeiro axioma: “o bem deve ser feito e o mal evitado”. Conjectura-se, assim, “o ponto de partida

de toda ética clássica e medieval”. Para Epicuro “sua determinação do que é bom procede na forma de uma dialética negativa: o bem estará necessariamente presente quando seu oposto, o mal, for efetivamente negado”. Portanto “o mal, para o homem, é a dor, qualquer que seja sua forma; o oposto da dor é o prazer e a dor se retira quando o prazer se faz presente. Logo o prazer é o bem” (LIMA VAZ, 2006, p. 140).

O bem a que se refere está intrinsecamente fundamentado nos ensinamentos de Epicuro e equipara-se ao prazer (*hedonè/hēdonē*). Essa conjectura foi de forma sistêmica lecionada no Jardim. Torna-se, assim, a filosofia epicurista uma doutrina hedonista.

No entanto, a escola recebe inúmeros ataques preconceituosos a respeito destes ensinamentos hedonistas. “Quando dizemos, então, que o prazer é o fim”, adverte Epicuro, “não queremos referir-nos aos prazeres dos intemperantes ou aos produzidos pela sensualidade, como creem certos ignorantes, que se encontra em desacordo conosco”. O filósofo se refere, na verdade, “ao prazer de nos acharmos livres de sofrimentos do corpo e de perturbações da alma” (ANT IV, 4).

Todavia, lembra Reale (2007, p. 269), “a regra da vida moral não é o prazer como tal, desregrado, mas a razão que julga e discrimina, ou seja, a sabedoria prática que, entre os prazeres, escolhe aqueles que não comportam em si a dor e perturbação” descartando, desse modo, “aqueles que dão gozo momentâneo”, trazendo “consigo dores e perturbações subsequentes”.

O sábio do Jardim constrói argumentos que ajudam a entender as razões pelas quais o helênico deve chegar à eudaimonia. Lima Vaz (2006, p. 140) observa: Essa dialética epicuriana se funda imediatamente em sua Física, já que os estados primitivos em que podemos nos encontrar, a dor e o prazer, procedem originariamente das afecções (*pathe*) em nós produzidas pelo fluxo dos “simulacros” atômicos. Embora não se possa identificar imediatamente dor e prazer com o *pathos*, pois em sua vivência intervém igualmente a parte racional da alma (*logismos*, *dianoia*), a alma, por sua vez, é parte integrante da *physis*, o que submete todas as formas da dor e do prazer ao domínio da natureza, seja em sua fisiologia seja em suas interpretações antropológica e ética.

A Ética de Epicuro é, pois, fundamentalmente uma resposta ao fato primitivo da dor, primeiro e único obstáculo que se ergue no caminho da eudaimonia humana. E o prazer é a única supressão radical da dor, sendo assim o princípio e o fim da vida na eudaimonia.

Na ética epicuriana, o prazer apresenta-se como algo primordial e necessário. Toda e qualquer dor pode ser reprimida fisicamente ou mentalmente pela psique. O hedonismo da escola epicuriana, expande-se e conforta as soluções de todos os males do homem grego.

Para Durvernoy (1993, p. 22), o prazer é uma “noção difícil de compreender no epicurismo”, não havendo diferentes tipos (por exemplo, os da alma e os do corpo): “o prazer afeta sempre o composto que nós somos a título de totalidade relativa”, por isso “em última

análise, ele é corporal” (pois a alma é um corpo). “Não está ligada a um movimento, mesmo moderado (teoria cirenaica), mas a um estado” definindo. Esse “estado é instantâneo” (o que ele é no momento em que é): não aumenta nem diminui pela duração. É “catatesmático (um estabelecimento, uma situação) e não uma relação com o sujeito” o indivíduo livre “que o experimenta”. Se si próprio, em conformidade consigo, é prazer: ser afetado, mas tão pouco quanto possível. “O ideal é o prazer dos deuses, que realizam a ausência total de afetos, isto é, de choques”.

Em *Máximas Capitais*, os homens que não conhecem a fundo a natureza, “mas se contentam com conjecturas mitológicas”, não poderão “libertar-se do temor que sente a respeito das coisas mais importantes, de modo que, sem o estudo da natureza, não é possível desfrutar dos prazeres puros”. E mais, a busca pelo prazer é caracteristicamente inata a todos, porque o homem sempre está buscando o melhor para si, (o prazeroso) para a vida. E não se deve temer a falta do prazer, porque “a dor não dura de forma contínua na carne”. A dor que “é extrema dura muito pouco tempo e a que ultrapassa em pouco o prazer corporal não persiste por muitos dias” (MC 4, 12).

De acordo com Reale (2007, p. 270-271), a “ótica” que é entendida os males do homem nos ensinamentos epicuristas volta-se no físico, na alma e na morte. Eis que prossegue: O que devemos fazer quando somos atingidos pelos males físicos não desejados? Epicuro responde: se é leve, o mal físico é suportável, nunca sendo tal que ofusque a alegria do espírito; se é agudo, passa logo; se é agudíssimo, conduz à morte, a qual, em todo caso, como veremos, é um estado de absoluta insensibilidade. E os males da alma? A respeito destes não é o caso de nos alongarmos, porque são apenas produtos de opiniões falazes e de erros da mente. E toda a filosofia de Epicuro se apresenta como o mais eficaz remédio e o mais seguro antídoto contra eles. E a morte? A morte é um mal só para quem nutre falsas opiniões sobre ela. Como o homem é um “composto alma” em um “composto corpo”, a morte não é senão a dissolução desses compostos, na qual os átomos se espriam por toda a parte, a consciência e a sensibilidade cessam totalmente e, assim, só restam do homem ruínas que se dispersam, isto é, nada. A morte, portanto, não é pavorosa em si mesma, porque, com sua vinda, não sentimos mais nada; nem pelo seu “depois”, exatamente porque não resta nada de nós, dissolvendo-se totalmente nossa alma, assim como nosso corpo; nem, enfim, a morte tolhe nada da vida que tenhamos vivido, porque a eternidade não é necessária para a absoluta perfeição do prazer.

A forma em que esses males atingem o homem é superficial e nada tem de amedrontá-lo ou causar algum tipo de indiferença. São causas naturais que agem pelo acaso. Epicuro lembra que na vida, são mais comuns os prazeres do que os males, tais tormentos são passageiros. O homem basta-se de si mesmo para conseguir encontrar a felicidade, e quando a encontra, adentra em um estado maior de tranquilidade e ausência de dores, dando sentido a aponia (ἀπνοία). Aponia significa ausência de dor, ou seja, não sofrer dores tanto no corpo como na alma. Para Epicuro tal entendimento coincide com “o prazer em repouso”; repouso absoluto “que se opõe ao prazer em movimento, ao qual sempre está

ligada a perturbação e, portanto, a dor”. Adere à aponia uma nova forma de ver “o sumo do prazer.” Desse modo, “apenas o prazer catastemático, como ausência de qualquer forma de dor, tem caráter de estabilidade e não pode sofrer nem incremento nem diminuição e, portanto, jamais nos deixa insatisfeito” (REALE, 2007, p. 270).

O fundador do epicurismo diferencia-se de muitos ensinamentos filosóficos da antiguidade, ao propor a seus seguidores que se afastem da política. Mas, por qual motivo? Porque ela comporta dores e perturbações que, por sua vez, distancia o sábio da aponia e da ataraxia (ἀταραξία).

De acordo com Abbagnano (2007, p. 87), ataraxia foi um termo usado primeiramente por Demócrito e depois pelos epicuristas e pelos estoicos, designando “o ideal da imperturbabilidade ou da serenidade da alma, em decorrência do domínio sobre as paixões ou da extirpação destas (apatia)”.

Durvernoy (1993, p. 16) observa que “o epicurismo compartilha com um pequeno número de outras doutrinas a propriedade de não ter situado a política no campo de sua racionalidade própria”, portanto, “não ter incluído os projetos e obrigações políticas em sua antropologia, mesmo coletivas”. Essa ausência de teorização no campo do político “não resulta nem de negligência nem de esquecimento, nem se mostra despreocupadamente como um limite imposto de fora ao campo da inteligibilidade”. No entanto, para Epicuro, a vida pública não abstém o ser humano de futuros males, logo, não deve ser de total necessidade para o homem. O epicurismo entende claramente que a vida pública “não enriquece o homem, mas o dispersa e o dissipa”. Seria preciso apartar e viver separado da multidão, proclamava: “retira-te para dentro de ti mesmo, sobretudo quando és constrangido a estar entre a multidão”. O célebre mandamento do mestre aponta: “vive oculto”.

Para Reale (2007, p 271-272), “somente nesse entrar em si e permanecer em si é que podem ser encontradas a tranquilidade, a paz da alma e a ataraxia”. As coroas dos reis e o poder depositado nas mãos dos grandes proprietários de terras não representam “o bem supremo”, mas a ataraxia: “a coroa da ataraxia é incomparavelmente superior à coroa dos grandes impérios”. Nesse entendimento, “os prazeres da vida política”, que a muitos encanta, aparecem como “ingênuas fantasias”. Da vida como político, “os homens esperam poder, fama e riqueza, que são como sabemos, desejos e prazeres nem naturais nem necessários, sendo, portanto, vazias e enganosas miragens”. Tal contexto volta-se novamente ao hedonismo epicurista, fundamental para a construção dessa ética. O cálculo dos prazeres bons para o homem é útil para conseguir a felicidade e o maior possível distanciamento da dor. E a função do sábio é saber distinguir os prazeres que trazem dores e impedem a ataraxia, com os bons que produzem felicidade. Em Carta a Meneceu, Epicuro (2002, p.37-39) se expressa:

Embora o prazer seja nosso bem primeiro inato, nem por isso escolhemos qualquer prazer: há ocasiões em que evitamos muitos prazeres, quando deles nos advêm sofrimentos preferíveis aos prazeres, se um prazer maior advier depois de suportarmos essas dores por muito tempo. Portanto, todo prazer constitui um bem por sua própria natureza; não obstante isso, nem todos são escolhidos; do mesmo modo, toda dor é um mal, mas nem todas devem ser evitadas. Convêm, portanto, avaliar todos os prazeres e sofrimentos de acordo com o critério dos benefícios dos danos. Há ocasiões em que utilizamos um bem como se fosse um mal e, ao contrário, um mal como se fosse um bem.

Epicuro chega a pronunciar que até mesmos prazeres naturais podem vir a trazer dor e prejudicar o indivíduo. Como o mestre do Jardim categorizava esses prazeres para não cair no erro? O filósofo busca responder essa questão se exemplificando de maneira simples: “nem o sabor dos peixes ou das outras iguarias de uma mesa farta que tornam doce a vida, mas um exame cuidadoso que investigue as causas de toda escolha”. E mais: “de toda rejeição e que remova as opiniões falsas em virtude das quais uma imensa perturbação toma conta dos espíritos”. Portanto, “de todas essas coisas, a prudência é o princípio e o supremo bem, razão pela qual ela é mais preciosa do que a própria filosofia; é dela que originaram todas as demais virtudes”. Desse modo, “é ela que nos ensina que não existe vida feliz sem prudência, beleza e justiça sem felicidade. Porque as virtudes estão intimamente ligadas à felicidade, e a felicidade é inseparável delas” (EPICURO, 2002, p.45-47).

Também em Carta a Meneceu, ao se referir aos desejos do homem, o filósofo divide-os entre aqueles que são (a) “naturais” (necessários ou apenas naturais) e aqueles que são (b) “inúteis”. Dentre os desejos naturais necessários, (a) “há alguns que são fundamentais para a felicidade”, (b) “para o bem-estar corporal” ou, ainda, (c) “para a própria vida”. Como consequência, “o conhecimento seguro dos desejos leva a direcionar toda escolha e toda recusa para a saúde do corpo e para a serenidade do espírito”. Para Epicuro, “essa é a finalidade da vida feliz: em razão desse fim praticamos todas as nossas ações, para nos afastarmos da dor e do medo” (EPICURO, 2002, p.35).

Mais adiante, o mestre procura esclarecer outra questão, tipificando, agora, três distintos tipos de prazeres: (a) os naturais e necessários; (b) os naturais e não necessários; (c) os nem naturais e nem necessários. Braatz (2007, p. 84) entende que a fronteira dos prazeres se estabelecem baseados na supressão do que se pode rotular de “dores fundamentais”, que decorrem da fome, da sede, do frio e do cansaço. Na vida, estas atribuições devem ser apaziguadas com a finalidade de se manter a boa saúde corporal, o que leva à tranquilidade da alma. Os prazeres que resultam da supressão destas dores apresentam-se como naturais e necessários. Por sua vez, os prazeres naturais não necessários se referem a um “refinamento supérfluo dos prazeres necessários”, como, por

exemplo, vestir-se elegantemente com tecidos finos, comer alimentos requintados, beber vinhos raros. Esse refinamento deve ser avaliado com demasiada prudência: “desde que não exijam um grande esforço e não cause sofrimento subsequente, estes prazeres não são proibidos em absoluto”.

De forma incisiva, o precursor do jardim entende que o desfrute dos prazeres não necessários seduz o homem, podendo “gerar ambições inúteis” e uma inquietude de alma, típica daquele que passa a querer mais do mesmo. Consequentemente, o filósofo desaconselha à procura desse modo de vida requintado que se rege pelo superficial. Pode-se afirmar que os prazeres não naturais e não necessários são aqueles refugados no epicurismo, pois se relacionam diretamente com a ostentação, o luxo, a ganância, a libidinagem e a soberba. Tais deleites não provocam qualquer dor corporal e sempre permeiam com perturbações a alma humana (BRAATZ, 2007, p. 84).

Eis que professa Epicuro: “nem a posse das riquezas, nem a abundância das coisas, nem a obtenção de cargos ou o poder produzem a felicidade e a bem-aventurança”. Estas qualidades somente são alcançadas com a “ausência de dores, a moderação nos afetos e a disposição de espírito em se manter nos limites impostos pela natureza” (ANT IV, 2).

No recorte epicurista, o que seria necessário para ser ter uma vida feliz? Imperativamente, o homem deveria se afastar do cárcere dos prazeres não naturais, levando o sábio a distanciar-se das preocupações nefastas da política, da vida desregrada e da população que o influenciaria. Ao propor este distanciamento da sociedade, Epicuro pretenderia viver alheio aos parâmetros sociopolíticos e normativos do mundo helênico? De certa forma, sim. Mas, tal indiferença não seria um preceito de viver desregradamente? Não. O filósofo do jardim começa a estabelecer novas vertentes ao direito, à lei, e a justiça, até então moldados ao imperialismo macedônico.

Reale (2007, p. 272), esclarece:

Epicuro devia dar do direito, da lei e da justiça uma interpretação em nítida antítese tanto em relação à opinião clássica dos gregos como em relação às teses filosóficas de Platão e Aristóteles. Direito, lei e justiça só têm sentido e valor quando e à medida que são ligados ao “útil”; seu fundamento objetivo não é senão a utilidade. Assim, o Estado, de realidade moral dotado de valor absoluto que fora no passado, torna-se instituição relativa, nascida de simples contrato tendo em vista o útil; do mesmo modo, de fonte e coroamento dos supremos valores morais torna-se simples meio de tutela dos valores vitais, por fim, torna-se condição necessária para a vida moral, mas não condição suficiente. A justiça torna-se um valor relativo, subordinado ao útil.



Essas características se somam e agregam mais valor ao indivíduo. Toda a ideia tradicional do homem político que antes vigorava, não é de suma importância para os epicuristas. Surge um pensamento egoísta nessa tradição, o homem centra-se em si mesmo e busca a sua felicidade. Analogicamente, moldando uma nova forma de ver as questões morais na vida urbana e no cotidiano. O útil, (ou a utilidade), torna-se o necessário nas relações com o estado e com os outros; esses, que se encontravam fora dos critérios epicuristas. Tal concepção explana característica marcante nessa relação.

Com esses parâmetros, a ética epicuriana pretende com o direito esclarecer a existência de “um justo que é justo por natureza”. Porém, quem é esse justo? Para Durvernoy (1993, p. 121), trata-se de um “direito que tem cada indivíduo de não ser agredido, destruído, impedido de ocupar o seu espaço sem medo, [...] sem humilhações, sem ameaças”. E mais: “é o análogo humano da infinita dureza do átomo, que, também ele, ocupa um espaço irreduzível, por menor que seja, e reside”. O justo é naturalmente inato a “cada um dos humanos, assim como a irreduzibilidade simples se enuncia como um caráter dessa coisa simples que é o átomo espacialmente existente”. A justiça apaziguará e tornar virtuosas as relações de Epicuro e seus discípulos no Jardim.

Desse modo, **“a justiça não tem existência por si própria, mas sempre se encontra nas relações recíprocas, em qualquer tempo ou lugar em que exista um pacto de não produzir nem sofrer danos”, defende Epicuro. Assim, “entre os animais que não puderem fazer pactos para não provocar nem sofrer danos, não existe justo nem injusto”; naturalmente que, “o mesmo sucede entre povos que não puderam ou não quiseram concluir pactos para não prejudicar nem ser prejudicados” (ANT IV, 23, 24).**

Esse pacto é verdadeiramente aceitável, defende Reale (2007, p. 272), quando existem laços de amizade nos quais o indivíduo é livre para fazer-lhe escolhas úteis:

O homem deixou de ser homem-cidadão para tornar-se puro homem-indivíduo. O único liame admitido como verdadeiramente factível entre esses indivíduos é a “amizade”, laço livre que reúne juntos aqueles que sentem, pensam e vivem de modos idênticos. Na natureza, nada é imposto de foda de modo não-natural; sendo assim, nada viola a intimidade do indivíduo. No amigo, o epicurista vê outro si mesmo. A amizade não é mais que o útil, mas o útil sublimado. Com efeito, primeiro se busca a amizade para conseguir determinadas “vantagens” estranhas a ela; depois, uma vez nascida, a amizade torna-se, ela mesma, fonte de prazer e, conseqüentemente, um fim.

A amizade é elevada a um nível primoroso na moral epicuriana. Uma característica admirada e entendida como conquista, tornando-a algo consagrado aos homens sábios que buscam a vida feliz.

Das normas prescritas por Epicuro como justas, consideram-se úteis àquelas que se revestem do caráter justo perante as necessidades da vida comunitária. Caso se estabeleça uma lei e, depois, a mesma não se revele conforme a utilidade da convivência recíproca, logo este dispositivo normativo já não conserva o seu caráter do justo. Para os sábios, a

legislação existe não para impedir que cometam injustiça, mas para impedir que sejam vítimas da própria injustiça. (ANT IV, 25, 34).

Defende Epicuro:

Não realizes na tua vida nada que, se for conhecido por teu próximo, te possa acarretar temor. A serenidade espiritual é o fruto máximo da justiça. O justo é sumamente sereno, o injusto cheio da maior perturbação. Realizará o sábio coisas que a lei proíbe, sabendo que permanecerão ocultas? Não é fácil encontrar uma resposta absoluta. O homem sábio que tenha alcançado o fim da espécie humana será honesto mesmo que ninguém se encontre presente. (ANT IV, 29, 30, 31, 32, 33).

Todo esse cuidado exposto pelo filósofo nos seus ensinamentos advém do interesse em demonstrar que a questão felicidade baliza-se pela “justa apreciação do prazer e de seus limites”. Todo pensamento filosófico figura como um verdadeiro “vassalo da felicidade dos homens”. Perante o esforço de viver, todos querem ser felizes e a sabedoria buscará justificar essas pretensões. Como juiz legítimo, o conceito de felicidade se pronuncia sobre o direito da filosofia. (DURVERNOY, 1993, p. 75).

O projeto filosófico de Epicuro ganha um importante contorno quando apresenta a noção fundamental da phronesis (φρόνησις), sabedoria prática ou prudência, referindo-se ao pensamento correto sobre as consequências práticas das coisas. Da justa apreciação do prazer pela razão vigilante, surge “a prudência como princípio e o maior dos bens”, tendo “mais valor do que a própria filosofia”, afinal, “é dela que provém todas as outras virtudes” (EPICURO, 2002, p. 45).

Mesmo aquele homem que não conhece a filosofia (não-sábio), mas, é rigorosamente prudente, carrega consigo o saber filosófico mais puro. Filodemo de Gádara (40 ou 35 a.C.), um dos últimos epicuristas da antiguidade, sintetizou o pensamento filosófico do grande mestre em sua totalidade, naquilo que nominou de quádruplo remédio: “Não há deus a temer; a morte está fora de toda sensação; a felicidade é possível; é possível suportar” (FILODEMO, apud, DURVERNOY, 1993, p. 77)

A plenitude deste ensinamento será atingida ao seguir as quatro regras, levando o homem a se livrar dos temores da alma e do corpo. Tais concepções corroboram com entendimento de que “a filosofia seria, pois, uma medicina que trata das almas doentes, que não são naturalmente sábias, ou que restaura uma saúde perdida” (DURVERNOY, 1993, p. 77).

Esses conceitos expõem um dos recortes doutrinários mais investigados e amplamente consagrados na ética de Epicuro, o tetrapharmakon (τετραφάρμακον). Vale a pena consignar que as mais importantes fontes para o conhecimento da Ética de Epicuro são (a) Carta a Meneceu e (b) Sentenças Capitais (SC). Bem no início das Sentenças Capitais 2 e 5 estão

enunciadas as quatro proposições, conhecidas como os “quatro remédios”:

A morte nada é para nós; o que se dissolve não sente mais e o que não sente não é nada para nós. O limite da grandeza dos prazeres é a supressão de toda dor; onde está presente o prazer e por todo o tempo em que estiver presente, não há dor nem tristeza nem ambos. A dor não dura continuamente na carne, mas a dor extrema não está presente senão pelo menor tempo possível; a que excede de pouco o prazer do corpo não dura muitos dias e as longas enfermidades são acompanhadas de mais prazer corporal do que dor. Não se pode viver com prazer sem viver com prudência, honestidade e justiça, nem viver com prudência, honestidade e justiça sem viver com prazer; e a quem faltam <as condições> para viver com prudência, honestidade e justiça, este não pode viver com prazer.

A apresentação dos quatro remédios do epicurismo acrescenta, ainda mais, a importância que os ensinamentos propostos pelo mestre do jardim despertaram na vida dos gregos, na medida em que modificou as condições éticas da antiguidade e remediou frustrações e temores do homem. E mais, “enquanto a saúde do corpo era uma referência anterior e exterior à medicina, ocorre o contrário quanto à saúde da alma”. Somente a filosofia poderia proporcionar a saúde mental. “Cada um de nós só chama o médico quando precisa, quando tem um problema”. No entanto, o filósofo é “que nos chama a todos, pois ele sabe que, na verdade, está propondo o seu tratamento a um universo humano que se tornou inevitavelmente doente” (DURVERNOY, 1993, p. 83).

Propunha-se uma automedicação, pois o homem que aprendesse a aplicar aquele medicamento em si mesmo poderá atingir a paz de espírito e a felicidade. Isto posto, o homem

torna-se “senhor de si, o sábio nada mais tem a temer, nem mesmo os mais atrozes males e sequer as torturas”. Mesmo exposto aos tormentos, o sábio agora pode ser feliz (REALE, 2007, p. 272-273).

O quádruplo medicamento torna-se uma alternativa de vida àqueles que estão a temer. Não são remédios físicos, mas apenas recomendações de Epicuro. O remédio filosófico traz na composição o pensamento justo (em oposição aos efeitos do pensamento terrificante) que deve abrir a possibilidade de uma tomada de consciência de que nada de sensível é “terrificante”. Havia opiniões que curam, não porque sejam opiniões-saúde (“assim como nenhum remédio é a saúde”), mas porque se opõem a termo às opiniões do terror. O remédio filosófico “não é regime frustrante, nem sangria, nem purga; ele é imediatamente gratificante, pois é libertador no mesmo instante que é praticado” (DURVERNOY, 1993, p. 86).

Ao fazer uma análise sobre a terapia da alma que, o filósofo propõe. Durvernoy, (1993, p. 83-84), caracteriza esse temor:

A consciência dolorosa não representa a sua dor como herança, mas sim agressão e ameaça proveniente de certos objetos reais, que causam um temor sentido como legítimo. Mas o terapeuta-filósofo sabe que não há nenhum objeto que possa corresponder ao temor; no sentido próprio do termo, o temor não tem objeto. Nunca se tem nada; só se tem o nada. E é justamente porque o temor é vazio de toda sensação correspondente que ele pode ser um temor. Todos os nossos temores são, pois, temores da imaginação. Parece que há uma psicologia de Epicuro algo semelhante a uma “análise de profundidades”, que afirmasse, por exemplo, que temos necessidade de criar medos. O temor não tem nenhuma função positiva. É o vazio de sentido e vazio de sensação: antiprazer puro. Se o problema do “por que” do temor não parece se levantar (“que função tem o medo?” não parece ter sido uma pergunta epicurista), a questão “como” parece indicada em alguns fragmentos: o temor é um movimento autônomo da alma que se move “para o nada” e não é movida “por nada”. Esse movimento constitui então o seu pseudo-objeto sob a forma de uma “palavra vazia”: palavra que não designa nada, que nenhuma prolepse jamais poderá transformar em experiência possível, invenção pura da infelicidade.

Por fim, não se deve temer o nada. A filosofia epicurista promove a felicidade e a plenitude, não importando os acontecimentos que tendem a depreciar e desvirtuar as pessoas.

Epicuro ultrapassa as condições éticas impostas em seu tempo. Além afirmar a liberdade como uma concepção inata a todos, ele promove o afastamento do homem tanto na política, nos vícios das esferas públicas, nas crenças divinas, como, também, no medo da morte. Concluindo que são esses os maiores temores humanos. Agindo de maneira sóbria e serena, sem perseguir prazeres inúteis e viciosos e ao mesmo tempo, pregando uma sabedoria prudente, sem pretensões sexuais ou financeiras. Mostrando, por fim, a perfeição moral e correta na mais simples amizade. Via o filósofo do Jardim, “na amizade os gozos mais intensos e mais puros da vida”. (NALINI, 2009, p. 53).

Na convivência e na harmonia em que se parece muito com as relações familiares entre irmãos, que estudavam, filosofavam e viviam juntos, sem indiferenças. Conseguindo alcançar a felicidade. A vida feliz, sem nenhuma perturbação. A filosofia **só faz sentido se ela for aplicável.**

Na educação, essa filosofia pode ser aplicada como um meio para ajudar os alunos a alcançarem uma vida plena e significativa, promovendo um ambiente de aprendizado que valoriza a exploração de interesses pessoais e o desenvolvimento de paixões.

A autonomia e o autoconhecimento são pilares da ética epicurista e podem ser fundamentais na formação educacional. A educação deve incentivar os alunos a serem críticos e a tomarem decisões informadas, ajudando-os a distinguir entre desejos essenciais e supérfluos. Essa abordagem pode levar a um aprendizado mais consciente e intencional,

preparando os alunos para compreenderem suas próprias necessidades.

A ética da moderação, central na filosofia epicurista, também se reflete na educação, onde a disciplina e o equilíbrio **são valorizados. Promover a cooperação, o respeito mútuo e a empatia entre os alunos** cria um ambiente mais harmônico, contribuindo para a formação de cidadãos éticos. Essa ênfase nos valores interpessoais pode fortalecer a convivência social e o desenvolvimento de habilidades emocionais.

Por fim, Epicuro argumentava que muitos medos e ansiedades são irracionais e podem ser superados através do conhecimento. Assim, a educação desempenha um papel crucial ao fornecer informações e promover o pensamento crítico, capacitando os alunos a enfrentarem seus medos e a lidarem com a ansiedade. Essa perspectiva não só enriquece a formação acadêmica, mas também contribui para o bem-estar emocional e integral dos estudantes.

## CONCLUSÃO

Conclui-se que a ética epicurista oferece uma perspectiva valiosa para a educação contemporânea, ao propor um equilíbrio entre o prazer moderado, o autoconhecimento e a busca por uma vida plena e significativa. Aplicada ao contexto educacional, essa filosofia pode contribuir para a formação de indivíduos mais críticos, autônomos e capazes de compreender e gerir seus desejos, promovendo um aprendizado mais profundo e reflexivo. Além disso, a ênfase na moderação e nas relações interpessoais harmoniosas reforça a importância da convivência ética e do desenvolvimento socioemocional dentro das instituições de ensino.

A integração dos princípios epicuristas na educação também revela um potencial transformador, ao incentivar os alunos a superarem medos e ansiedades por meio do conhecimento e do pensamento crítico, contribuindo para seu bem-estar emocional e psicológico. Desse modo, a educação inspirada pela ética de Epicuro não apenas forma cidadãos mais conscientes, mas também atua como ferramenta para o cultivo de uma vida equilibrada e feliz, tanto no âmbito pessoal quanto coletivo. Essa abordagem, portanto, deve ser considerada como uma contribuição filosófica relevante para o desenvolvimento integral do ser humano.

## DECLARAÇÃO DE INTERESSES

Nós, autores deste artigo, declaramos que não possuímos conflitos de interesses de ordem financeira, comercial, político, acadêmico e pessoal.

## REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- BRAATZ, Jean Dionísio. **O Pensamento Ético em Epicuro**. Dissertação (Mestrado). Curitiba: PUC, 2007.
- DURANT, Will. **História da Civilização 2**. Tradução de Monteiro Lobato. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.
- DUVERNOY, Jean-François. **O Epicurismo e sua tradição antiga**. Rio de Janeiro: JorgeZahar Editor, 1993.
- EPICURO. **Carta sobre a felicidade (a Meneceu)**. Tradução e apresentação de Álvaro Lorencini e Enzo Del Carratore. 3. Ed. São Paulo: Unesp, 2002.
- \_\_\_\_\_. **Sentenças Vaticanas/Máximas Capitais**. Tradução de João Quartim de Morães. São Paulo: Folha de S. Paulo, 2015.
- JOYAU, E. “**Epicuro, antologia de textos**” in Epicuro, Lucrecio, Cícero, Sêneca, Marco Aurélio. Coleção Pensadores. Traduções e notas de Agostinho da Silva, Amador Cisneiros, Giulio Davide Leoni, Jaime Bruna. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- VAZ, Henrique C. de. **Escritos de Filosofia IV – Introdução à Ética Filosófica 1**. 3ª Ed. São Paulo: Loyola, 2006.
- LORENCINI, Álvaro; CARRATORE, Enzo Del. “**Introdução**” in **Epicuro**: Carta sobre a felicidade (a Meneceu). 3. Ed. São Paulo: Unesp, 2002.
- LUCRETIUS CARO, Tito. **De Rerum Natura**., in Tradução e notas de Agostinho da Silva, Amador Cisneiros, Giulio Davide Leoni, Jaime Bruna. Coleção Pensadores: Epicuro, Lucrecio, Cícero, Sêneca, Marco Aurélio. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- NALINE, José Renato. **Ética geral e profissional**. 7ª Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.
- REALE, Giovanni. **História da Filosofia: Filosofia pagã antiga 1**. 3ª Ed. São Paulo: Paulus, 2007.
- RIBBECK, G. “**Tito Lucrecio Caro, da natureza**” in Epicuro, Lucrecio, Cícero, Sêneca, Marco Aurélio. Coleção Pensadores. Traduções e notas de Agostinho da Silva, Amador Cisneiros, Giulio Davide Leoni, Jaime Bruna. São Paulo: Nova Cultural, 1988.